

Aumentar e financiar rede de benefícios é prioritário, defende professor da FGV

Para Fernando Rezende, tributação sobre transações financeiras pode ser uma solução

VALOR - 10/08/2020 - Por Marta Watanabe — De São Paulo

Um aumento da rede de benefícios para fazer frente ao aumento das disparidades sociais no cenário pós-pandemia e como financiar isso são questões prioritárias, afirma o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) Fernando Rezende. Para ele, a tributação sobre transações financeiras pode ser uma solução para isso.

“É preciso discutir sem preconceitos essa nova base tributária, que é menos suscetível à sonegação e a flutuações cíclicas da economia”, diz. Para ele, uma nova cobrança nesse sentido pode financiar parte da desoneração de folha. Essa, diz, é hoje uma discussão mais prioritária do que a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

A folha de salários como base tributária, diz ele, está sendo fortemente erodida por causa das mudanças do mundo do trabalho. Ao mesmo tempo que a demanda pela proteção social tende a ser buscada também por aqueles que tendem a não conseguir lugar no mercado de trabalho por falta de qualificação.

Maior tributação no Imposto de Renda, avalia ele, não seria solução. “A carga já é alta demais na pessoa jurídica. Na pessoa física não é das mais suaves e pode dificultar a retenção de mão de obra mais qualificada no Brasil.” Tributar dividendos, diz ele, afastaria investidores do país.

Rezende defende que é preciso discutir a tributação hoje com uma “moderna abordagem da progressividade”. “Não basta olhar para um lado do problema. A justiça social depende de como o Estado se financia e para onde vão os benefícios da ação do Estado.” Ou seja, é preciso levar em conta se os recursos são destinados para reduzir a desigualdade, o que neutralizaria a discussão da regressividade na tributação.

“Eu defendo uma reforma ampla, baseada numa estratégia que liga quais são os problemas e prioridades ao caminho a ser percorrido”, diz ele. O economista não apresenta propostas alternativas, mas diz que o que está sendo discutido em termos de IVA no Senado e na Câmara dos Deputados não considera as mudanças da nova economia. “Não dá para pensar em fazer um IVA no figurino tradicional da economia industrial.”

A proposta do governo federal, que reúne o PIS e a Cofins na Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), também não entusiasma Rezende. “O PIS e a Cofins são na verdade um tributo, apenas com dois regimes diferentes: o cumulativo e o não cumulativo. Vai afetar a carga tributária setorial e pode até aumentar a complexidade.”

Para Rezende, é preciso examinar o que está acontecendo nos novos modelos de negócio, nos quais os processos de produção, circulação e consumo não têm lugar determinado. “No caso do IVA, como vamos aferir onde o consumo ocorreu numa federação como a brasileira? Não é verdade que não haverá problemas para implantar o princípio de destino. Para tentar esclarecer a interpretação sobre as regras de destino, a União Europeia publicou um regulamento com mais de 90 páginas.”

“Os velhos paradigmas que se fortaleceram durante economia industrial no século XX precisam ser questionados no século XXI”, diz. Além da regressividade, também a cumulatividade, aponta. Rezende diz que isso era um conceito importante quando as cadeias produtivas eram lineares, com agregação de valor a cada etapa, afirma, usando como comparação uma linha de trem e suas estações.

Nas chamadas redes globais de geração de valor, as novas tecnologias permitiram que a atividade produtiva seja distribuída pelo mundo, com processos de transformação totalmente novo. Hoje, diz ele, é como se houvesse uma “roda viva que não está fisicamente instalada em um território. Ela gira, não se sabe onde começou a girar e onde terminou”. O valor, diz, está no início da cadeia, em quem concebeu no software que originará o projeto de engenharia, o design. “Se o valor está no início da cadeia, o conceito de cumulatividade deixa de ser relevante”, argumenta.